

CTC - Centro de
Tecnologia
Canavieira S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de junho de 2016**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650, Fax +55 (16) 3323-6651
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva do
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Fazenda Santo Antonio, s/nº - Bloco 01 - Bairro Santo Antonio
Piracicaba - SP

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias do CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. ("Companhia"), que compreendem ao balanço patrimonial em 30 de junho de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e pela apresentação das demonstrações financeiras condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos



conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 15 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho e 31 de março de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2016	31/03/2016	Passivo	Nota	30/06/2015	31/03/2015
Caixa equivalentes de caixa	8	145.089	116.628	Fornecedores	17	9.252	9.855
Instrumentos financeiros	9	122.355	118.255	Empréstimos e financiamentos	20	44.935	33.391
Contas a receber	10	37.667	23.198	Impostos e contribuições a recolher		1.202	1.226
Estoques		168	187	Salários, férias e encargos a pagar	18	13.522	16.568
Impostos a recuperar	11	422	306	Receitas a auferir e diferidas	19	2.930	2.930
Ativo fiscal corrente	12	4.381	3.461	Outras contas a pagar		2.085	2.039
Outras contas a receber	13	1.903	77.801				
Total do ativo circulante		311.985	339.836	Total do passivo circulante		73.926	66.009
Instrumentos financeiros	9	11.179	-	Empréstimos e financiamentos	20	178.179	196.113
Contas a receber	10	9.528	10.538				
Outras contas a receber	13	6.174	5.423	Total do passivo não circulante		178.179	196.113
Impostos a recuperar	11	8.632	7.945				
Ativo fiscal diferido	14	19.184	21.610	Patrimônio líquido	22		
Imobilizado	15	141.263	138.826	Capital social		456.897	456.897
Intangível	16	178.171	167.270	Prejuízos acumulados		(22.886)	(27.571)
Total do ativo não circulante		374.131	351.612	Total do patrimônio líquido		434.011	429.326
				Total do passivo		252.105	262.122
Total do ativo		686.116	691.448	Total do passivo e patrimônio líquido		686.116	691.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto o lucro (prejuízo por ação))

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
Receita operacional	25	25.309	18.299
Custo de pesquisa & desenvolvimento e serviços prestados	26	<u>(12.414)</u>	<u>(19.728)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		<u>12.895</u>	<u>(1.429)</u>
Despesas administrativas e com vendas	26	(11.142)	(7.827)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>71</u>	<u>463</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>1.824</u>	<u>(8.793)</u>
Despesas financeiras	27	(3.828)	(2.340)
Receitas financeiras	27	<u>9.395</u>	<u>5.862</u>
Financeiras líquidas	27	<u>5.567</u>	<u>3.522</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>7.391</u>	<u>(5.271)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(2.426)	685
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	<u>(280)</u>	<u>799</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período		<u>4.685</u>	<u>(3.787)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período por ação	23	<u>6,16</u>	<u>(5,27)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>4.685</u>	<u>(3.787)</u>
Resultado abrangente total	<u>4.685</u>	<u>(3.787)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2015	361.398	(29.078)	332.320
Prejuízo do período	-	(3.787)	(3.787)
Saldos em 30 de junho de 2015	361.398	(32.865)	328.533
Saldos em 31 de março de 2016	456.897	(27.571)	429.326
Lucro líquido do período	-	4.685	4.685
Saldos em 30 de junho de 2016	456.897	(22.886)	434.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de três meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do período	4.685	(3.787)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	2.120	1.466
Receita com aplicações financeiras	9.297	-
Provisões de juros	2.329	1.199
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.426	(685)
Total dos ajustes	20.857	(1.807)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) em contas a receber	(13.459)	(6.974)
Redução em estoques	19	69
(Aumento) em impostos a recuperar e ativo fiscal corrente	(1.723)	(2.384)
(Aumento) em outras contas a receber	(2.377)	(3.433)
(Redução) em fornecedores	(603)	(621)
(Redução) em impostos e contribuições a recolher	(24)	(362)
(Redução) aumento em salários, férias e encargos a pagar	(3.046)	4.295
Aumento em outras contas a pagar	46	178
Caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(310)</u>	<u>(11.039)</u>
Juros pagos	<u>(2.256)</u>	<u>(1.106)</u>
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(2.566)</u>	<u>(12.145)</u>
Instrumentos financeiros (aplicações financeiras)	(24.576)	-
Aquisições de imobilizado	(4.081)	(7.146)
Intangível	<u>(11.337)</u>	<u>(8.306)</u>
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(39.994)</u>	<u>(15.452)</u>
Integralização de capital	77.524	-
Empréstimos tomados	-	28.977
Empréstimos pagos	<u>(6.503)</u>	<u>(69)</u>
Fluxo de caixa líquido decorrentes das atividades de financiamentos	<u>71.021</u>	<u>28.908</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>28.461</u>	<u>1.311</u>
Caixa e equivalentes de caixa do início do período	116.628	141.891
Caixa e equivalentes de caixa do fim do período	<u>145.089</u>	<u>143.202</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>28.461</u>	<u>1.311</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

-

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de três meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Receitas	27.755	20.215
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	26.263	19.865
Outras receitas	1.492	350
Insumos adquiridos de terceiros	(8.202)	(10.921)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(3.440)	(2.483)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.762)	(8.438)
Valor adicionado bruto	19.553	9.294
Depreciação e amortização	(2.120)	(1.466)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	17.433	7.828
Valor adicionado recebido em transferência	9.472	6.325
Receitas financeiras	9.395	5.862
Outras	77	463
Valor adicionado total a distribuir	26.905	14.153
Distribuição do valor adicionado	(26.905)	(14.153)
Pessoal	(13.240)	(15.168)
Remuneração direta	(9.354)	(9.964)
Benefícios	(3.134)	(3.931)
F.G.T.S.	(752)	(1.273)
Impostos, taxas e contribuições	(5.152)	(432)
Federais - PIS / COFINS	(2.433)	(1.895)
Federais - Imposto de renda e contribuição social	(2.706)	1.484
Municipais	(13)	(21)
Remuneração de capitais de terceiros	(3.828)	(2.340)
Juros e despesas bancárias	(3.645)	(2.180)
Outras	(183)	(160)
Remuneração de capital próprio	(4.685)	3.787
(Lucro líquido) / prejuízo no período	(4.685)	3.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia tem por objetivo social a pesquisa, o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias para o setor sucroenergético, com destaque para o desenvolvimento de novas variedades de cana de açúcar, através de melhoramento genético e para tecnologias disruptivas.

Até janeiro de 2011, a Companhia foi regida segundo a legislação brasileira, sob a forma de sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos ou econômicos, beneficiando-se com a isenção de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado apurado nas atividades associativas e sujeita ao recolhimento desses impostos e demais tributos e contribuições nas demais operações. As receitas eram provenientes, substancialmente, de contribuições associativas.

Por meio da Ata Geral de Transformação realizada em 12 de janeiro de 2011, a Companhia se transformou em Sociedade por Ações de capital fechado, vislumbrando lucro e remuneração de seus acionistas.

A transformação do CTC em uma Sociedade Anônima, em 2011, visou atrair mais recursos tecnológicos e financeiros às pesquisas do setor, para manter sua competitividade e continuar a assegurar ao Brasil a posição de liderança na indústria sucroalcooleira mundial. Dessa forma, uma das áreas de foco escolhidas foi o Melhoramento Genético, uma vez que o CTC detém o maior banco de germoplasma de cana-de-açúcar do mundo e papel destacado nos campos do melhoramento convencional e da biotecnologia aplicados à cana. A segunda área de enfoque, Novas Tecnologias, explora tecnologias disruptivas que possam trazer substanciais ganhos de produtividade ao setor, como as sementes artificiais e o etanol celulósico, cuja planta de demonstração iniciou operações no ano-safra 14/15.

A sustentabilidade econômica e o custeio das pesquisas virão, através de *royalties* cobrados pelo uso das novas variedades, e pela comercialização de outros produtos e novas tecnologias, assim como aportes efetuados pelos seus acionistas e entidades financiadoras de projetos de pesquisa, sendo como subvenção ou empréstimos. A geração de receitas deu início no exercício findo em 31 de março de 2012.

Em fevereiro de 2016 a Companhia enviou seu pedido para registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como autorizar a adesão da Companhia ao segmento de listagem Bovespa Mais da BM&FBovespa. O registro como companhia aberta e a listagem no Bovespa Mais integram o acordo feito em março de 2014 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O pedido está em processo de revisão pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Bovespa Mais da BM&FBovespa.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela diretoria em 15 de agosto de 2016.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas continuamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Contas a receber);
- Nota 16 - Capitalização de gastos com desenvolvimento (Intangível);
- Nota 28 - Instrumentos financeiros; e
- Nota 31 - Arrendamentos mercantis operacionais.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas quanto a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6.b (iii) - Vida útil do ativo imobilizado;
- Nota 14 - Ativo fiscal diferido; e

- Nota 21 - Provisão para contingências.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao *Chief Financial Officer* “CFO”.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação é de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras intermediárias em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 10 - Contas a receber;
- Nota Explicativa nº 20 - Empréstimos e financiamentos; e
- Nota Explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros.

Contas a receber

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

Empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico reconhecido nos balanços patrimoniais.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece as contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber outros recebíveis

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os

valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(iii) Capital social

As ações são todas ordinárias nominativas, sem valor nominal e são classificadas como patrimônio líquido.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos como despesas conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas médias ponderadas anual de depreciação para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxa média ponderada anual
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6,7%
Máquinas e equipamentos importados	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Intangível

(i) Projetos de pesquisa & desenvolvimento

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(ii) Software

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

(iii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para o período corrente é a seguinte:

Software 5 anos

Métodos de amortização, vida úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As receitas de *royalties* atuais são decorrentes de variedades de cana-de-açúcar que foram desenvolvidas antes da transformação em sociedade anônima que ocorreu em 2011. Até então, a Companhia era uma entidade sem fins lucrativos e não mantinha controles efetivos para reconhecimento do intangível, portanto todos os gastos eram alocados ao resultado do exercício.

As variedades em desenvolvimento, cujo os gastos estão alocados no intangível, ainda não atingem os critérios de amortização definidos pelo IAS38/CPC 04 o que deve ocorrer a partir de 2018 conforme nota explicativa 16.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; e
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados da Companhia de ativos financeiros

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativo financeiro mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, estoques e intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

h. Receita operacional

(i) Receitas de royalties

Receitas decorrentes do uso por terceiros de ativos da Companhia, que produzam juros, *royalties* e dividendos, devem ser reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade e o valor da receita puder ser mensurado de forma confiável. Os *royalties* devem ser reconhecidos segundo regime de competência de acordo com a substância do contrato.

As receitas de *royalties* reconhecidas pela Companhia referem-se a variedades de cana-de-açúcar desenvolvidas antes da transformação em sociedade anônima e são reconhecidas no resultado do exercício pelo método linear nos meses de abril a março, tendo como base a área de plantio multiplicada por valor definido em contrato firmado entre as partes. A emissão das notas fiscais de faturamento e os recebimentos ocorrem durante o período de safra de cana de açúcar nos meses de setembro a dezembro. Caso o faturamento seja maior que a parcela já reconhecida no resultado a diferença é reconhecida como “receitas diferidas” no passivo circulante.

(ii) Venda de bens e serviços

A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a

possível devolução de mercadorias podem ser estimados, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado, este é reconhecido de acordo com suas respectivas vendas.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos sobre as aplicações financeiras. A receita financeira é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias com juros e descontos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto ativo e base negativa de contribuição social limitado a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia possui um único segmento operacional de negócio: Melhoramento genético conforme divulgado na nota explicativa 24.

l. Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

m. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas.

n. Ativos arrendados

Os arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais. Os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia (arrendatária). A propriedade para investimento mantida sob um arrendamento operacional é reconhecida no balanço patrimonial da Companhia (arrendadora) pelo seu custo histórico.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2017, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB

atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS, quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 exige que uma entidade reconheça que todos os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária deverão estar reconhecidos no balanço. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 - Arrendamentos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2016	31/03/2016
Caixa e bancos	2.553	1.102
Aplicações financeiras	142.536	115.526
	<u>145.089</u>	<u>116.628</u>

9 Instrumentos financeiros

	30/06/2016	31/03/2016
Aplicações financeiras	133.534	118.255
Circulante	122.355	118.255
Não circulante	11.179	-

As aplicações financeiras são fundos compostos de títulos pós-fixados atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que aplicam seus recursos em títulos de renda fixa emitidos exclusivamente pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e em emissões de empresas e bancos classificadas como baixo risco pela área de crédito do gestor. As aplicações

são remuneradas por taxas de 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e não se aplicam aos critérios de caixa e equivalente de caixa.

10 Contas a receber

	30/06/2016	31/03/2016
Clientes	15.910	11.696
Clientes - partes relacionadas (notas explicativas nº 28 e nº 29)	45.620	36.375
(-) Provisão para devedores duvidosos - partes relacionadas (notas explicativas nº 28 e nº 29)	(7.560)	(7.560)
(-) Provisão para devedores duvidosos (nota explicativa nº 28)	<u>(6.775)</u>	<u>(6.775)</u>
	<u>47.195</u>	<u>33.736</u>
Circulante	37.667	23.198
Não circulante	9.528	10.538

Representado substancialmente por saldos a receber referentes ao licenciamento de variedades, cujo pagamento foi dividido em 4 parcelas trimestrais. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 28.

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

11 Impostos a recuperar

	30/06/2016	31/03/2016
IRRF sobre aplicação	4.021	2.961
Outros impostos a recuperar	50	306
ICMS sobre importações a recuperar	2.560	2.560
PIS/COFINS sobre importações	<u>2.423</u>	<u>2.424</u>
	<u>9.054</u>	<u>8.251</u>
Ativo circulante	422	306
Ativo não circulante	8.632	7.945

12 Ativo fiscal corrente

	30/06/2016	31/03/2016
IRPJ	3.605	2.647
CSLL	<u>776</u>	<u>814</u>
	<u>4.381</u>	<u>3.461</u>

13 Outras contas a receber

	30/06/2016	31/03/2016
Despesas antecipadas	6.108	5.357
Aumento de capital - partes relacionadas	-	77.524
Outras contas a receber	<u>1.969</u>	<u>343</u>
	<u>8.077</u>	<u>83.224</u>
Ativo circulante	1.903	77.801
Ativo não circulante	6.174	5.423

As despesas antecipadas são caracterizadas pela entrega de mudas para multiplicação de variedades em clientes para aumento do *market share* da Companhia. Estas mudas são monitoradas para que a taxa de multiplicação seja efetiva conforme contrato assinado com o cliente.

14 Ativo fiscal diferido

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social apresentados no ativo não circulante foram apurados sobre prejuízos fiscais e base negativa, com realização quando da apuração de lucros futuros.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, atentando para diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

	31/03/2016	Reconhecidos no resultado	30/06/2016
Provisão para devedores duvidosos	4.874	-	4.874
Diferenças temporárias	3.444	(2.301)	1.143
Prejuízo fiscal e base negativa	<u>13.292</u>	<u>(125)</u>	<u>13.167</u>
Imposto diferido líquido	<u>21.610</u>	<u>(2.426)</u>	<u>19.184</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2016

	30/06/2016	30/06/2015
Lucro / (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>7.391</u>	<u>(5.271)</u>
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	(2.531)	1.792
Adições e exclusões permanentes	<u>(193)</u>	<u>(308)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	<u>(2.706)</u>	<u>1.484</u>
Alíquota Efetiva	(36%)	(28%)
Imposto diferido	(2.426)	685
Imposto corrente	<u>(280)</u>	<u>799</u>
	<u>(2.706)</u>	<u>1.484</u>

15 Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Máq. e equip. Importados	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Bens de terceiros - FINEP	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo ou custo atribuído:										
Saldo em 31 de março de 2015	19.324	1.586	1.855	5.296	8.667	6.173	3.172	101.129	3.377	150.579
Adições	1.042	-	28	-	515	21	-	4.667	873	7.146
Transferências	268	-	-	-	4	-	-	3.199	(3.471)	-
Saldo em 30 de junho de 2015	20.634	1.586	1.883	5.296	9.186	6.194	3.172	108.995	779	157.725
Depreciação:										
Saldo em 31 de março de 2015	(4.901)	(155)	(943)	(2.736)	(3.600)	(4.526)	-	-	-	(16.861)
Depreciação no período	(485)	(40)	(46)	(233)	(425)	(28)	-	-	-	(1.257)
Saldo em 30 de junho de 2015	(5.386)	(195)	(989)	(2.969)	(4.025)	(4.554)	-	-	-	(18.118)
Valor contábil líquido:										
Saldo em 31 de março de 2015	14.423	1.431	912	2.560	5.067	1.647	3.172	101.129	3.377	133.718
Saldo em 30 de junho de 2015	15.248	1.391	894	2.327	5.161	1.640	3.172	108.995	779	139.607

	Máquinas e equipamentos	Máq. e equip. Importados	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Bens de terceiros - FINEP	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo ou custo atribuído:										
Saldo em 31 de março de 2016	23.783	1.597	3.024	5.228	9.940	16.849	2.002	98.215	-	160.638
Adições	558	7	16	-	262	-	-	1.558	1681	4.082
Transferências	13	-	-	15	-	-	-	122	(150)	-
Saldo em 30 de junho de 2016	24.354	1.604	3.040	5.243	10.202	16.849	2.002	99.895	1.531	164.720
Depreciação:										
Saldo em 31 de março de 2016	(6.893)	(314)	(1.176)	(3.407)	(4.683)	(5.339)	-	-	-	(21.812)
Depreciação no período	(602)	(42)	(75)	(180)	(442)	(304)	-	-	-	(1.645)
Saldo em 30 de junho de 2016	(7.495)	(356)	(1.251)	(3.587)	(5.125)	(5.643)	-	-	-	(23.457)
Valor contábil líquido:										
Saldo em 31 de março de 2016	16.890	1.283	1.848	1.821	5.257	11.510	2.002	98.215	-	138.826
Saldo em 30 de junho de 2016	16.859	1.248	1.789	1.656	5.077	11.206	2.002	99.895	1.531	141.263

Ativos penhorados

Em 30 de junho de 2016, a Companhia não possui bens que estão sujeitos à penhora para garantia.

Revisão da vida útil

A Companhia revisou a vida útil econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado. O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por profissionais especializados.

A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado atual está evidenciada na Nota Explicativa nº 6.b(iii).

Bens de terceiros - FINEP

A Companhia possui com a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos contratos relacionados ao desenvolvimento de projetos e pesquisas definidos em convênios firmados entre as partes.

Conforme contrato, os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos serão de propriedade da Companhia. Caso não haja aprovação da prestação de contas a Companhia possui o dever de restituir o FINEP pelos recursos transferidos, conforme mencionado na nota explicativa 19.

Obras em andamento

O principal valor no montante aproximado de R\$ 79.746 refere-se a um contrato de convênio que a Companhia possui com a Usina São Manoel para parceria na montagem de uma planta de demonstração de tecnologia de Etanol de segunda geração - "E2G" integrada ao seu parque industrial atual. O contrato tem vigência de seis anos, a partir de janeiro de 2013, podendo ser prorrogado, e determina as condições de operação da planta de produção do E2G. O projeto encontra-se em fase de testes e tem previsão para funcionamento em dezembro de 2016. A Usina São Manoel possui preferência de compra ao final do projeto.

A Companhia possui também nesta rubrica uma planta comercial do Projeto Palha no valor aproximado de R\$ 12.377 a qual refere-se a um contrato de venda com a Usina Ferrari, planta que auxiliará no processo de enfardamento da palha do campo para cogeração de energia elétrica.

16 Intangível

Custo:	<i>Software</i>	Projeto de pesquisa & desenvolvimento	Total
Saldo em 31 de março de 2015	5.725	123.576	129.301
Adições	<u>27</u>	<u>8.279</u>	<u>8.306</u>
Saldo em 30 de junho de 2015	<u>5.752</u>	<u>131.855</u>	<u>137.607</u>
Amortização:			
Saldo em 31 de março de 2015	(3.255)	-	(3.255)
Amortização do período	<u>(209)</u>	<u>-</u>	<u>(209)</u>
Saldo em 30 de junho de 2015	<u>(3.464)</u>	<u>-</u>	<u>(3.464)</u>
Valor contábil líquido			
Saldo em 31 de março de 2015	2.470	123.576	126.046
Saldo em 30 de junho de 2015	2.288	131.855	134.143

Custo:	Software	Projeto de pesquisa & desenvolvimento	Total
Saldo em 31 de março de 2016	11.771	160.371	172.142
Adições	<u>202</u>	<u>11.174</u>	<u>11.376</u>
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>11.973</u>	<u>171.545</u>	<u>183.518</u>
Amortização			
Saldo em 31 de março de 2016	(4.872)	-	(4.872)
Amortização do período	<u>(475)</u>	<u>-</u>	<u>(475)</u>
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>(5.347)</u>	<u>-</u>	<u>(5.347)</u>
Valor contábil líquido			
Saldo em 31 de março de 2016	6.899	160.731	167.270
Saldo em 30 de junho de 2016	6.626	171.545	178.171

As adições do exercício referem-se a três projetos relacionados ao desenvolvimento de novas tecnologias para o setor sucroenergético.

	31/03/2016	Adições	30/06/2016
Projetos Melhoramento Convencional	71.150	4.580	75.730
Projetos Melhoramento Transgênico	46.594	4.317	50.911
Projeto Etanol Celulósico	<u>42.627</u>	<u>2.277</u>	<u>44.904</u>
Total	<u><u>160.371</u></u>	<u><u>11.174</u></u>	<u><u>171.545</u></u>

A política de capitalização da Companhia é feita com base no seguinte mecanismo:

- Prova de conceito e Pesquisa aplicada (FASE 1), a qual abrange a avaliação quanto à atratividade, mérito técnico e alinhamento, o potencial de aplicação no mundo real, a definição de protocolos e Protótipo e laboratório.
- Desenvolvimento Precoce (FASE 2), a qual abrange o refinamento de processos e protocolos, os *start-ups* de investigação em campo e potencialmente plantas Piloto.
- Desenvolvimento Avançado (FASE 3), a qual abrange testes de campo, a análise regulatória e potencialmente Plantas Demonstração.
- Pré Lançamento (FASE 4), a qual abrange as aprovações regulatórias, *Seed bulk-up*, o detalhamento do plano de negócios e Plantas em Escala Semi-Comercial ou Comercial.
- A Fase 3 é a que está na rubrica de intangível, pois, como é de desenvolvimento avançado já temos uma expectativa de realização e efetivação de receitas. Esta metodologia foi aprovada em Conselho de Administração.

Projeto Melhoramento Convencional

Com mais de cinco mil variedades, o banco de germoplasma de cana-de-açúcar do CTC, localizado em Camamu, na Bahia, é o maior e mais completo do mundo. Além disso, a regionalização de seu Programa de Melhoramento Genético, por meio de seus polos regionais estrategicamente distribuídos pelo País, permite à Companhia desenvolver variedades cada vez

mais produtivas e que contemplam todas as condições de produção das diferentes regiões onde a planta é cultivada no Brasil.

A diversificação e a modernização do plantel varietal contribuem decisivamente para a sustentabilidade do agronegócio, não só pelos ganhos de produtividade, como também pela melhoria da qualidade, pela redução dos riscos fitossanitários e de perdas agrícolas. Isso porque esses novos materiais genéticos são desenvolvidos para atender aos modernos processos produtivos, como plantio e colheita mecanizados. Mais produção, eficiência e longevidade dos canaviais significam mais ganhos para o produtor.

Em seu plano de negócio para o ano safra 2015/2016, a Companhia pretende aumentar sua participação no mercado de variedades de cana de açúcar, expandindo o volume de áreas sob contratos de royalties firmados com os usuários desta tecnologia. Na safra, está previsto atingir uma receita líquida de aproximadamente R\$ 82 milhões, o que significa aumento de 9,2% em relação ao ano anterior.

O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades por 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997).

Projeto Melhoramento Genético com emprego de Biotecnologia

A Biotecnologia, ferramenta para o esperado salto de produtividade do canavial, é capaz de acelerar o processo de melhoria contínua de produtividade das variedades convencionais e, ainda, incorporar à cana características desejáveis (*traits*) que oferecem vantagens econômicas, ambientais e de manejo, tais como aqueles já usufruídos por produtores de soja, milho e algodão no Brasil há cerca de duas décadas.

O CTC iniciou seus trabalhos com emprego da Biotecnologia nos anos 90, quando transformou a primeira variedade de cana-de-açúcar no mundo. Em 2000, a Companhia liderou o projeto de sequenciamento genético da cana. Tais esforços foram a base do programa atual, que visa trazer ao mercado nacional variedades de cana geneticamente modificadas com características desejáveis e produtividade superior.

A partir de 2018 o CTC pretende lançar variedades de cana geneticamente modificada, tais como:

- **Cana resistente a insetos, com maior** produtividade e demandando menor uso de inseticidas, além da economia também de mão-de-obra, máquinas, combustível e água. No futuro, essa característica virá associada à **tolerância a herbicidas**, expandindo os ganhos ambientais, econômicos e a simplicidade de manejo da operação;
- **Cana tolerante a estresse hídrico**, permitindo reduzir a perda de produção nas regiões de déficit hídrico. Tais variedades trarão, maior flexibilidade de manejo, redução de custos e permitirão o plantio em regiões atualmente consideradas inadequadas;
- **Cana mais produtiva**, com a inserção de genes que conferem aumento no volume de cana produzido por hectare, proporcionando maior produção sem expansão da área plantada; e

- **Cana com maior teor de açúcar**, visando aumentar a produtividade sem expansão da área e com substancial redução de custo. As plantas geneticamente modificadas estão sujeitas a aprovação pela Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia (CTNBio) no Brasil, e os produtos com ela produzidos sujeitos a processos de desregulamentação nos países para onde são exportados.

Projeto Etanol Celulósico

A produção de etanol é hoje estratégica, uma vez que se trata de um combustível produzido a partir de fonte limpa e renovável, cujas condições ideais de produção encontram-se fartamente presentes no Brasil. O CTC está investindo no desenvolvimento de um processo de produção de etanol celulósico (também conhecido por etanol de 2ª geração ou E2G) a ser produzido a partir do processamento da biomassa da cana (bagaço e palha). Essa tecnologia deverá permitir aumentar em 50% o volume de etanol produzido a partir do mesmo volume de cana.

No CTC, os trabalhos para o desenvolvimento do etanol celulósico tiveram início em 2006, com esforços progredindo da fase laboratorial para plantas piloto e de escala semi-comercial (demonstração). A expectativa é comercializá-lo dentro dos próximos 3 a 5 anos.

Um dos diferenciais do processo sendo desenvolvido pelo CTC reside no fato de permitir integração com os processos e equipamentos hoje existentes nas usinas, visando à otimização dos custos de instalação e operação.

Além do aumento da produtividade, a produção de etanol celulósico a partir da biomassa da cana de açúcar, no Brasil, não impacta a produção de alimentos, visto que sua matéria-prima são os resíduos da planta e que o país dispõe de abundantes terras aptas à produção agrícola. Ambientalmente, o etanol celulósico, assim como aquele produzido convencionalmente, é um combustível mais limpo e renovável, produzindo menor emissão de gases do efeito estufa.

Sementes Artificiais

O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de sementes artificiais de cana de açúcar, o que possibilitaria uma mudança completa na maneira como se planta a cultura. Tal mudança geraria importantes ganhos através da possibilidade de rapidamente se modernizar o plantel de variedades do produtor, aumento da produtividade, substancial redução de custos, simplificação operacional, além de ganhos ambientais e sociais.

No projeto, o CTC utiliza modernos processos biotecnológicos, através dos quais se conseguem gerar plantas idênticas à planta-mãe, ou seja, a planta que forneceu o tecido para produção da semente), em larga escala e de maneira segura e econômica.

O projeto de desenvolvimento do sistema de plantio de cana por sementes é de longo prazo, encontra-se em fase de desenvolvimento intermediário e em um futuro afetará a conta de intangível.

17 Fornecedores

Referem-se, substancialmente, fornecedores de máquinas e equipamentos, materiais e prestadores de serviços de assessoria técnica, assessoria de engenharia e consultoria.

	30/06/2016	31/03/2016
Fornecedores nacionais	5.273	5.892
Fornecedores nacionais - partes relacionadas (nota explicativa nº 29)	1.516	1.760
Fornecedores estrangeiros	2.463	2.203
	9.252	9.855

18 Salários, férias e encargos a pagar

	30/06/2016	31/03/2016
Provisão de férias e encargos	5.173	4.412
Provisão de 13º salário e encargos	1.894	953
Participação no programa de gestão por metas	2.683	9.389
INSS a recolher	1.006	988
IRRF sobre salários	2.402	539
FGTS a recolher	352	231
Outros	12	56
	13.522	16.568

19 Receitas a auferir

Receitas a auferir corresponde aos valores recebidos da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos para o desenvolvimento de projetos e pesquisas definidos em convênios firmados entre as partes. Com base na evolução da execução dos projetos utilização de ativos e respectivas prestações de contas, os valores serão alocados ao resultado como receita.

Em função da transformação de sociedade mencionado na nota explicativa nº 01, o convenio firmado com FINEP foi finalizado. Os saldos referentes aos projetos do FINEP no montante de R\$ 2.930 estão aguardando aprovação das respectivas prestações de contas para conclusão e destinação dos saldos dos projetos.

20 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Encargos Anuais	Vencimento		Garantias	Saldo devedor	
			de	até		30/06/2016	31/03/2016
Finame	R\$	2,5%	2013	2019	Alienação fiduciária de ativo Imobilizado	837	914
FINEP Subvenção	R\$	0%				3.855	3.855
FINEP	R\$	4%	2013	2022	Fiança bancária (1,9%)	164.963	171.308
BNDES (nota explicativa nº 28)	R\$	4%	2013	2024	Fiança bancária (1,9%)	42.658	42.663
BNDES (nota explicativa nº 28)	R\$	TJLP	2013	2024	Fiança bancária (1,9%)	10.801	10.764
						223.114	229.504
Circulante						44.935	33.391
Não circulante						178.179	196.113

Os montantes do passivo têm a seguinte composição por ano safra de vencimento:

Ano safra de vencimento	2016
2016/2017	44.935
2017/2018	31.691
2018/2019	31.659
2019/2020	31.541
2020/2021	31.512
2021/2022	31.480
2022/2023	18.775
2023/2024	1.521
	<u>223.114</u>

Cláusulas restritivas (“covenants”)

A Companhia não está sujeita em seus contratos de empréstimos e financiamentos ao cumprimento de índices financeiras.

21 Provisão para contingências

A Companhia possui ação judicial envolvendo questões tributárias que se encontram em defesa administrativa e tratam-se de impostos federais avaliadas pelos seus assessores jurídicos como sendo processos de risco possível no montante de R\$ 35.355 (R\$ 33.598 em 31 de março de 2016) e processos trabalhistas que são processos classificados pelos assessores jurídicos como risco possível no montante de R\$ 238 (R\$ 219 em 31 de março de 2016) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas não requerem sua contabilização.

22 Patrimônio líquido

O capital social da Companhia é de R\$ 456.896.910 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e dez reais), igual em 31 de março de 2016, representado por 760.001 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O capital social da Companhia está assim distribuído:

Composição acionária	Quantidade de ações	%
Raízen Energia S.A.	151.453	19,93%
Copersucar S.A.	134.331	17,68%
BNDES Participações S.A. - BNEPAR	114.191	15,03%
Demais acionistas	<u>360.026</u>	<u>47,37%</u>
	<u>760.001</u>	<u>100,00%</u>

Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

23 Lucro líquido (prejuízo) por ação

A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido (prejuízo) do período com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	30/06/2016	30/06/2015
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuível aos acionistas da Companhia (a)	4.685	(3.787)
Média ponderada de ações em circulação (b)	760.001	718.132
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária em (a) / (b)	6,16	(5,27)

24 Segmentos operacionais

A Administração da Companhia baseia seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras, na mesma base em que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como “*Royalties*”.

A informação segmentada por venda de cana de açúcar e serviços de laboratórios também não são relevantes.

A Administração utiliza as demonstrações financeiras intermediárias e não usa nenhum indicador que não os apresentados nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016, nenhum relatório específico será demonstrado, como definido pelo pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 8 - Informações por segmento.

Quanto às informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade, a Companhia não possui, individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada.

25 Receita operacional

	30/06/2016	30/06/2015
Receitas de <i>royalties</i>	4.977	3.272
Receitas de <i>royalties</i> - partes relacionadas (nota explicativa nº 29)	20.633	15.558
Receitas de serviços	379	350
Receitas de serviços - partes relacionadas (nota explicativa nº 29)	274	685
Outros - partes relacionadas (nota explicativa no 29)	1.492	350
Impostos	(2.446)	(1.916)
	25.309	18.299

26 Despesas operacionais por natureza

	30/06/2016	30/06/2015
Despesas com pessoal	13.240	15.168
Serviços contratados	4.182	6.586
Despesas com materiais	595	904
Depreciação e amortização	2.120	1.467
Despesas gerais	3.419	3.430
	23.556	27.555
 Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custo de pesquisa & desenvolvimento e serviços prestados	12.414	19.728
Despesas administrativas e com vendas	11.142	7.827
	23.556	27.555

27 Financeiras líquidas

	30/06/2016	30/06/2015
Despesas bancárias	(1.357)	(981)
Juros sobre empréstimos	(2.288)	(1.199)
Outras despesas	(183)	(160)
	(3.828)	(2.340)
Despesas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	9.297	4.894
Variação cambial (líquida)	53	58
Correção monetária	-	47
Correção monetária - partes relacionadas (nota explicativas nº 29)	-	293
Juros recebidos	43	117
Juros recebidos - partes relacionadas (nota explicativa nº 29)	-	438
Outros	2	15
	9.395	5.862
Receitas financeiras		
Financeiras líquidas	5.567	3.522

28 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

CTC - Centro de Tecnologia Canaveieira S.A.
Demonstrações financeiras
intermediárias em 30 de junho de 2016

30 de junho de 2016

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	276.070	-	-	276.070	-	276.070	-	276.070
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	-	2.553	-	2.553	-	2.553	-	2.553
Contas a receber	-	47.195	-	47.195	-	47.195	-	47.195
Outras contas a receber	-	8.077	-	8.077	-	8.077	-	8.077
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	223.114	223.114	-	223.114	-	223.114
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	9.252	9.252	-	9.252	-	9.252
Outras contas a pagar	-	-	2.085	2.085	-	2.085	-	2.085

31 de março de 2016

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	233.781	-	-	233.781	-	233.781	-	233.781
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.102	-	1.102	-	1.102	-	1.102
Contas a receber	-	33.736	-	33.736	-	33.736	-	33.736
Outras contas a receber	-	83.224	-	83.224	-	83.224	-	83.224
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	229.504	229.504	-	229.504	-	229.504
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	9.855	9.855	-	9.855	-	9.855
Outras contas a pagar	-	-	2.039	2.039	-	2.039	-	2.039

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

c. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

Riscos de crédito

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de grande porte. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito por meio de

vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises de crédito. Em 30 de junho de 2016, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo em bancos, aplicações financeiras e créditos perante clientes. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes:

Ativos	Nota	30/06/2016	31/03/2016
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	8	2.553	1.102
Aplicações financeiras	9	276.070	233.781
Contas a receber	10	47.195	33.736
Outras contas a receber	13	<u>8.077</u>	<u>83.224</u>
		<u>333.895</u>	<u>351.813</u>

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das informações contábeis intermediárias para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	30/06/2016	31/03/2016
A vencer	37.945	27.720
Vencido de 1 a 30 dias	653	1.644
Vencido de 31 a 60 dias	2.346	2.355
Vencido de 61 a 90 dias	1.635	296
Vencido de 91 a 180 dias	659	5.275
Vencido de 181 a 360 dias	9.709	2.954
Vencido acima de 360 dias	<u>8.583</u>	<u>7.827</u>
	<u>61.530</u>	<u>48.071</u>
(-) Provisão para devedores duvidosos - partes relacionadas (nota explicativas nº 10 e nº 29)	(7.560)	(7.560)
(-) Provisão para devedores duvidosos (nota explicativa nº 10)	<u>(6.775)</u>	<u>(6.775)</u>
	<u>14.335</u>	<u>14.335</u>
	<u>47.195</u>	<u>33.736</u>

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação as contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	30/06/2016	31/03/2016
Saldo inicial do período / exercício	14.335	8.785
Provisão constituída - partes relacionadas	-	1.170
Provisão constituída - terceiros	-	4.380
Saldo final do exercício	<u>14.335</u>	<u>14.335</u>

O modelo de comercialização de variedades de cana de açúcar mediante cobrança de *royalties* é peculiar e afeta diretamente o Contas a Receber e a forma como a Companhia mitiga o risco de crédito.

Este modelo de cobrança de *royalties* foi implantado em 2012, com uma área plantada de variedades CTC já existente no Brasil superior a 400 mil *hectares* de cana de açúcar. Foram elaborados contratos de licenciamento para multiplicação de variedades com sigla CTC junto a seus clientes, que são responsáveis por todas as despesas associadas ao plantio, cultivo, colheita e processamento deste material genético.

A cana de açúcar é uma cultura semi-perene, cujo ciclo produtivo é de aproximadamente seis anos, sendo a cobrança de *royalties* recorrente e anual por *hectare* plantado, durante este período. Caso este cliente se encontre em dificuldade de honrar seus compromissos financeiros junto à Companhia ao longo deste ciclo, sua inadimplência será monitorada para que ao término do ciclo da cana-de-açúcar não haja saldo devedor.

Especificamente em relação aos empréstimos e recebíveis, a Companhia, primeiramente, verificam se há evidências objetivas de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos.

Caso a Companhia determine a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente - seja esta perda significativa ou não - a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão inclusos na avaliação coletiva da perda.

Mediante este contexto, houve um aumento de 63,18% no saldo de provisão constituída entre os exercícios de 2014/15 e 2015/16, passando o saldo de R\$8.785 para R\$14.335, respectivamente. No entanto, comparativamente nos exercícios findos em 31 de março de 2015 e 2016, o índice de títulos provisionados em relação à receita se manteve inalterado em 6,1%. Já com relação aos títulos provisionados com partes relacionadas a Companhia apurou uma grande evolução de mais 5% em relação ao faturamento, conforme tabela abaixo:

	30/06/2016 (3 meses)	31/03/2016 (12 meses)
Faturamento de <i>royalties</i> - total	25.610	90.931
Títulos provisionados	-	5.550
Relação em %	0,0%	6,1%
Faturamento de <i>royalties</i> - partes relacionadas	20.633	73.729
Títulos provisionados	-	1.170
Relação em %	0,0%	1,6%

Levando em consideração a crise econômica que tem afetado o setor sucroenergético nos últimos anos e o número de usinas em dificuldades financeiras e/ou em recuperação judicial, a Companhia adotou diversas medidas para mitigar o risco de crédito:

- Política de Crédito e Cobrança aprovada pelo Conselho Administrativo;
- Acompanhamento e cobrança ativa pela equipe comercial (aproximadamente 30 Representantes Técnicos de Vendas);
- Comitê de Crédito e Cobrança direciona a equipe comercial quanto a expansão de área plantada somente em clientes com rating de crédito satisfatório, além de decidir sobre ingresso de ações judiciais e acordos extrajudiciais, através de escritório de advocacia terceirizado e especializado; e
- Inserção de informações acerca de pendências financeiras no SERASA.

Em suma, devido à atuação da Companhia na mitigação de risco de crédito, mais de 90% dos clientes vêm operando desde o ano de 2012, e nenhuma perda foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo, sua área geográfica, indústria e existência de dificuldades financeiras no passado.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como: estoque médio e prazo médio de recebíveis, recursos com taxas atrativas e de curto prazo, com giro médio de pagamento dessas operações de 60 dias. Esse capital normalmente é composto de adiantamentos de clientes, 60 dias para pagamento de alguns veículos novos e limite de crédito nos bancos parceiros.

Exposição a riscos de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Cronograma de amortização da dívida

30 de junho de 2016	Valor	Fluxo	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 96
	Contábil	de caixa						
Fornecedores	9.252	9.252	9.252	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	223.114	257.362	46.732	34.276	35.611	36.897	38.337	65.509

31 de março de 2016	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 100
	Contábil						
Fornecedores	9.855	9.855	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	229.504	33.391	41.702	31.682	31.564	31.512	59.653

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

f. Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

		Valor contábil	
		30/06/2016	31/03/2016
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Fornecedores		9.252	9.855
Empréstimos e financiamentos		212.313	218.740
		Valor contábil	
	Risco	30/06/2016	31/03/2016
Instrumentos de taxa variável			
Aplicação Financeira	CDI	276.070	233.781
Empréstimos e financiamentos	TJLP	10.801	10.764

Análise de sensibilidade

A Companhia possui R\$ 276.070 e aplicações financeiras a CDI e R\$ 10.801 de empréstimos e financiamentos indexados à taxa pós-fixada, substancialmente a TJLP. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI e TJLP, sendo o cenário provável 10% superior à taxa média de juros efetivos em 2015. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI e TJLP em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do período e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 30/06/2016	Risco	Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo Financeiros								
Aplicação financeira	276.070	Redução CDI	14,2 5	(39.340)	10,7	(29.539)	7,1	(19.601)
Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	10.801	Redução TJLP	7,5	810	5,6	605	3,8	410
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				<u>(38.530)</u>		<u>(28.935)</u>		<u>(19.191)</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 30/06/2016	Risco	Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo Financeiros								
Aplicação financeira	276.070	Aumento CDI	14,2 5	39.340	17,81	49.175	21,37	59.010
Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	10.801	Aumento TJLP	7,5	(810)	9,4	(1.013)	11,2	(1.215)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				<u>38.530</u>		<u>48.162</u>		<u>57.795</u>

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

g. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) Maior ou igual a 1

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	30/06/2016	31/03/2016
Ativo circulante	311.985	339.836
Passivo circulante	73.926	66.009
Índice de liquidez	4,22	5,15

29 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal chave da Administração

Para o período de três meses findo em 30 de junho de 2016, a remuneração do pessoal chave da Administração totalizou aproximadamente R\$ 2.767 (R\$4.700 em 31 de março de 2016).

b. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas relacionadas, para os respectivos tipos de operações:

	30/06/2016	31/03/2016
Ativo Circulante:		
Contas a Receber (a) - nota explicativa 10		
Grupo Virgolino De Oliveira	5.273	4.952
Usina Açucareira Ester S.A.	4.883	4.602
Tonon Bioenergia S.A.	3.506	3.158
Grupo São Martinho	2.392	2.028
Usina Alvorada Açúcar e Alcool Ltda.	2.069	1.942
Grupo Raizen	1.929	106
Grupo Unialco	1.831	1.669
Pedra Agroindustrial Ltda.	1.672	18
Grupo Biosev	1.504	1.351
Usina Santa Fé S.A.	1.459	1.141
Usina Santa Rosa S.A.	1.419	1.316
Cocal Comercio e Indústria Canaã Açúcar E Alcool S.A.	1.072	876
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	1.049	1.097
Grupo Baldin	1.016	887
Usina Ipiranga de Açúcar e Alcool S.A.	998	1
Jalles Machado S.A.	945	847
Usina Açucareira Furlan S.A.	913	648
Antonio Ruelle Agroindustrial Ltda.	828	1.160
S.A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool	827	1.266
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.	821	736
Grupo Bunge	815	1
Grupo Eth	649	285
Grupo Adecoagro	537	481
Grupo Tereos	532	480
Grupo Alto Alegre	494	1
Nova América Agrícola Ltda.	416	373
Brazcana Agroindustrial S.A.	410	410
Usina São José da Estiva S.A. Açúcar e Alcool	405	371
Usina Santa Helena de Açúcar e Alcool S.A.	395	395
Grupo Infinity	368	368
Copersucar S.A.	353	2
Usina Santo Antônio S.A.	312	280
Goiasa Goiatuba Alcool Ltda.	307	269
Clealco Açúcar e Alcool S.A.	306	167
Noble Do Brasil S.A.	296	254
J. Pilon Açúcar e Alcool	273	-
Grupo Bp	239	328
Usinas Itamarati S.A.	185	185
Usina São Francisco S.A.	177	160
Usina Santa Adelia S.A.	172	163
Usina Batatais S.A. Açúcar e Alcool	164	144
Dacalda Açúcar e Alcool Ltda.	163	179
Zilor	146	138
Wd Agroindustrial Ltda.	142	185
Usina Açucareira São Manoel S.A.	142	125
Ferrari Agroindustrial S.A.	133	119
Usina Maringá S.A.	103	92
Usina Uberaba S.A.	98	89
USJ - Açúcar e Alcool S.A.	98	98
Companhia Muller de Bebidas	82	164
Della Coletta Bioenergia S.A.	79	94
Usina Melhoramentos S.A.	62	52
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda.	46	42
Usina Santa Lucia S.A.	41	37
Lasa Linhares Agroindustrial S.A.	35	-
Agropeu - Agroindustrial de Pompeu S.A.	14	12
Santa Vitória Açúcar E Alcool Ltda.	12	10
Usina Trapiche S.A.	6	-
Usina São Luiz S.A.	4	3
Alcon - Cia. de Alcool Conceição da Barra	3	-
Usina Barra Grande de Lençóis S.A.	-	1
Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	-	10
Usina Petribu S.A.	-	-
Alcoolvale S.A. Alcool e Açúcar	-	1
Companhia Agrícola Usina Jacarezinho	-	6
	45.620	36.375
(-) Valores de transações de contas a receber, para os quais foi registrada provisão para devedores duvidosos, conforme nota explicativa nº 10	(7.560)	(7.560)
Outras contas a receber (f) - nota explicativa 13		
BNDES	-	76.648
Grupo Raizen	-	609
Grupo Tereos	-	144
Grupo Bunge	-	84
Cocal Comércio e Indústria Canaã Açúcar e Alcool S.A.	-	25
Usina Santa Adelia S.A.	-	14
	-	77.524
Passivo		
Fornecedores (b) - nota explicativa 17		
Copersucar S.A.	1.504	1.504
Grupo São Martinho	10	85
Jalles Machado S.A.	-	3
Usina Açucareira São Manoel S.A.	2	168
	1.516	1.760
Passivo circulante:		
Outras contas a pagar (c)		
Ferrari Agroindustrial S.A.	1.171	1.171
Grupo Eth	6	-
Grupo Unialco	99	99
Usina Santa Rosa S.A.	1	-
	1.277	1.270

	30/06/2016	30/06/2015
Resultado:		
Receitas (Notas Explicativas N° 25 (d))		
Grupo São Martinho	2.978	2.065
Grupo Raizen	2.166	1.678
Pedra Agroindustrial	1.672	1.504
Grupo Biosev	1.491	758
Usina De Açúcar Santa Terezinha Ltda.	1.106	483
Usina Ipiranga de Açúcar E Álcool S.A.	1.012	816
Jalles Machado S.A.	949	790
S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool	899	599
Grupo Bunge	816	560
Grupo Tereos	545	447
Grupo Adecoagro	536	377
Grupo Alto Alegre	503	362
Grupo Virgolino de Oliveira	457	368
Grupo Eth	428	284
Usina Açucareira Ester S.A.	417	344
Nova América Agrícola Ltda.	416	295
Usina São José da Estiva S.A Açúcar e Álcool	406	358
Tonon Bioenergia S.A.	352	270
Cocal Comercio E Industria Canaã Açúcar E Álcool S.A.	341	167
Usina Santa Fé S.A.	318	231
Usina Santo Antônio S.A.	318	276
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	307	187
Clealco Açúcar E Álcool S.A.	306	261
J. Pilon Açucar E Álcool Ltda.	275	237
Noble Do Brasil S.A.	271	261
Usina Açucareira Furlan S.A.	265	1
Antonio Ruelle Agroindustrial Ltda.	242	214
Grupo Bp	234	136
Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda	229	199
Usina São Francisco S.A.	177	151
Usina Santa Adelia S.A.	172	168
Usina Batatais S.A. Açúcar e Álcool	164	140
Grupo Unialco	162	152
Usina Açucareira São Manoel S.A.	155	130
Zilor	148	126
Ferrari Agroindustrial S.A.	133	154
Grupo Baldin	129	113
Usina Maringá S.A.	103	66
Usina Santa Rosa S.A.	103	94
USJ - Açúcar e Álcool S.A.	102	96
Usina Uberaba S.A.	98	82
Dacalda Açúcar E Álcool Ltda.	80	60
Della Coletta Bioenergia S.A.	79	59
Usina Melhoramentos S.A.	59	41
Wd Agroindustrial Ltda.	53	52
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda.	46	40
Usina Santa Lucia S.A.	42	60
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	41	35
Lasa Linhares Agroindustrial S.A.	35	32
Agropeu - Agroindustrial de Pompeu S.A.	17	15
Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.	12	20
Usina Trapiche S.A.	9	11
Usina Barra Grande de Lençóis S.A.	8	25
Usina São Luiz S.A.	7	26
Copersucar S.A.	5	4
Alcon - Cia de Álcool Conceição da Barra	3	5
Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	2	14
Companhia Agrícola Usina Jacarezinho	-	4
Companhia Muller de Bebidas	-	87
Usina Petribu S.A.	-	3
	22.399	16.593
Serviços	274	685
Royalties	20.633	15.558
Outros	1.492	350
	22.399	16.593
	-	-
Juros Financeiros Recebidos (Notas Explicativas N°27 (e))		
Usina Açucareira Ester S.A.	-	466
Grupo São Martinho	-	70
Grupo Biosev	-	21
Jalles Machado S.A.	-	21
S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool	-	16
Grupo Tereos	-	14
Grupo Bunge	-	11
Grupo Alto Alegre	-	9
Noble Do Brasil S.A.	-	9
Grupo Unialco	-	8
Nova América Agrícola Ltda.	-	8
Usina De Açúcar Santa Terezinha Ltda.	-	8
Usina Santo Antônio S.A.	-	8
J. Pilon Açúcar e Álcool	-	7
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	-	5
Grupo Eth	-	5
Usina Batatais S.A. Açúcar E Álcool	-	5
Usina Santa Lucia S.A.	-	5
Usina São Francisco S.A.	-	5
Zilor	-	5
Grupo Adecoagro	-	4
Usina Açucareira São Manoel S.A.	-	3
Usina Maringá S.A.	-	3
Usina Uberaba S.A.	-	3
USJ - Açúcar e Álcool S.A.	-	3
Della Coletta Bioenergia S.A.	-	2
Cocal Comercio e Indústria Canaã Açúcar e Álcool S.A.	-	1
Dacalda Açúcar e Álcool Ltda.	-	1
Ferrari Agroindustrial S.A.	-	1
Grupo Baldin	-	1
Grupo Bp	-	1
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda.	-	1
Wd Agroindustrial Ltda.	-	1
	-	731
Juros	-	438
Correção Monetária	-	293
	-	731

- (a) Contas a Receber e Receita - Contratos de *Royalties*;
Operações com licenciamento de variedades de cana de açúcar e de tecnologia. Os *royalties* são reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a essência do acordo.
- (b) Outras contas a Receber de LP - Adiantamentos de Clientes
Os adiantamentos de clientes podem advir dos contratos de *royalties* ou de contratos de transferência de tecnologia. Os contratos de transferência de tecnologias contemplam máquinas e equipamentos ou processos fabris inteiros.
- (c) Fornecedores de Serviços e Arrendamentos
A Companhia mantém contratos de arrendamento de polos de experimentação e muitas vezes os serviços são prestados são efetuados pela própria usina arrendatária.
- (d) Receitas
Valores relacionados a receitas de clientes.
- (e) Juros Financeiros.
Valores relacionados a juros por atraso de pagamentos de clientes.

30 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e suas atividades estão sujeitas a regulamentações ambientais. Para tanto, riscos associados aos assuntos ambientais já estão sendo reduzidos por procedimentos operacionais e controles e investimento em equipamentos de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

31 Arrendamentos mercantis operacionais

Arrendamentos como arrendatário

A Companhia arrenda fazendas, as quais estão as unidades de Piracicaba e Camamu. Na unidade de Piracicaba são realizados plantio, condução e colheita de experimentos visando o desenvolvimento de variedades de cana-de-açúcar convencionais e geneticamente modificadas, formação de viveiros para produção e distribuição de mudas de cana-de-açúcar, e na unidade de Camamu são realizados plantio dos genitores, a manutenção dos mesmos, a coleta de informações do florescimento para realização dos cruzamentos, a montagem dos cruzamentos, a condução dos cruzamentos em ambiente isolado, o beneficiamento das sementes e o corte das coleções de genitores. Esses arrendamentos foram renovados por quatorze anos com opção de renovação após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, para refletir os valores de mercado.

O arrendamento das fazendas foi firmado há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações. O CTC determinou que o arrendamento das fazendas é operacional. O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, e o CTC não participa no valor residual dos bens arrendados. Conseqüentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador. Arrendante - IMOCOP e Interviente - Cooperativa de Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. Objeto do arrendamento são as áreas e edificações de Fazendas no município de Piracicaba e Camamu.

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	30/06/2016	31/03/2016
Até um ano	2.636	2.627
Acima de um ano - Até cinco anos	10.546	12.304
Mais de cinco anos	18.017	18.017
Total	31.199	32.948

A Companhia reconheceu os seguintes valores como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional:

	30/06/2016 (3 meses)	31/03/2016 (12 meses)
Despesa com arrendamento mercantil operacional	659	2.579

* * *

CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.
CNPJ N° 06.981.381/0002-02

Conselho da Administração

Conselheiros

Luís Roberto Pogetti
Pedro Isamu Mizutani
Fábio Venturelli
Jaime José Stupiello
Jucelino Oliveira de Sousa
Martus Tavares
Luiz de Mendonça
Otavio Laje de Siqueira Filho
Pedro Wongtschowski
Fernando de Castro Reinach
Leonardo Pereira Rodrigues dos Santos

Diretoria Executiva

Diretor-superintendente
José Gustavo Teixeira Leite

Diretores
William Lee Burnquist
Viler Corrêa Janeiro

Contador responsável: Davidy Cristiano Germano
CRC 1SP292816/O-5